



SINDSERPUMI e outras entidades do município, associações, igrejas, grêmios estudantis, colônia de pescadores e demais movimentos sociais realizaram uma caminhada e manifestação de protesto no dia da GREVE GERAL NACIONAL, 28 de Abril, em Icapuí. O evento aconteceu a partir das 7h 30min da manhã, com significativa participação, sobretudo de estudantes, que marcaram o momento em sua maioria, agregado a funcionários públicos municipais das secretarias municipais, comunitários, representação das igrejas, de entidades e movimento que aderiram. A caminhada teve também a presença de políticos, de representantes do Movimento dos Sem Terra (MST), estudantes do IFCE, com a importante presença da Orquestra de sopro de Icapuí, entre outros que se integraram ao momento.

O percurso se deu saindo do largo da Escola Gabriel Epifânio dos Reis, pelas avenidas Enoque Carneiro e Avenida 22 de Janeiro, até a Praça Adauto Róseo, puxado por um minitrio e pelas palavras de ordem dos companheiros Raimundo Farias e Aldecir Ferreira.

Foto: Bruno Elvis

CAMINHADA E MANIFESTAÇÃO MARCAM O DIA DA GREVE GERAL EM ICAPUÍ – 28 DE ABRIL

Na praça, os manifestantes se concentraram para proferirem palavras de repúdio às reformas da previdência e trabalhista, bem como contra as diversas mudanças legais realizadas em ataque aos direitos dos trabalhadores, às Emendas Constitucionais que estabeleceram o teto de gastos na educação e saúde, à reforma do ensino médio, e demais reformas em curso. Estudantes e lideranças diversas se revezaram no minitrio e contribuíram com falas esclarecedoras, dando à população, presente na praça, maiores informações acerca das reformas e seus prejuízos para o futuro dos mais pobres, dos trabalhadores e para a população brasileira em geral.

De modo geral, é reconhecida pelas entidades organizadoras, sobretudo pelo SINDSERPUMI, a grande validade/positividade do evento que, sem dúvida marcou o dia da GREVE GERAL, pelo considerável número de participantes na cidade, causando impacto suficiente em relação à necessidade de colocar servidores públicos, aposentados, estudantes, trabalhadores em geral a par dos acontecimentos que vem se instalando no país e a partir do governo atual.

A perspectiva da unificação das lutas dos diversos setores e movimentos, a atenção às lutas específicas contra o inimigo comum e o conjunto articulado das reformas que desmontam o Estado e as políticas sociais foi o mote que se expressou na caminhada entre todos os participantes e que deu sucesso ao evento, como um primeiro desse período de enfrentamentos coletivos das ações do governo Temer contra os trabalhadores.

HORAS DE ESTUDO DOCENTE:

PRERROGATIVA DOS PROFESSORES DE ICAPUÍ



Os professores municipais de Icapuí, desde as alterações do Plano de Carreiras e Salários pela Lei Municipal nº 525/2010, que atualizou o Plano de Carreiras aprovado em 2003 pela Lei Municipal nº 381/2003, além de ser contemplado com a distribuição de sua carga horária no formato de 1/3 da jornada com atividades pedagógicas, em a prerrogativa de, dentro dessa jornada, ter o direito de 5 h/a para seus estudos pessoais, segundo sua intenção.

No texto da Lei, esse horário de estudo é disposto

como «treze horas (13) de atividades pedagógicas, sendo oito (8) em atividades coletivas na própria escola, e cinco (5) em local de livre escolha do Professor de Educação Básica, em função docente comprovado por relatório acompanhado pelo Coordenador de Ensino».

Para a condição de freqüente sobrecarga de trabalho que tem os docentes, sobretudo de educação infantil e anos iniciais do ensino fundamental, a oportunidade de ter um tempo semanal que pode chegar a 25 horas/mês para seus estudos pessoais e também para a formação continuada, é, sem dúvida, um elemento que lhe garante valorização, restando ser bem aproveitado. Não que isso supra as demandas que o professor tem de trabalho, mas que, frente a muitos planos de carreiras conhecidos na circunvizinhança, essa condição é muito promissora para seu bem estar.

Ainda há controvérsias sobre o que de fato indica a Lei quanto a esse horário de estudo, e, claro, ainda há, igualmente, mau uso reconhecido por parte de docentes com esse benefício. O próprio artigo que trata da concessão, se comparado ao parágrafo que discrimina esse assunto, deixa dúvidas quanto ao uso adequado

desse tempo de estudo "em local de livre escolha do professor". Por essa razão, é reconhecido como "estudos domiciliares", expressão não presente no texto da Lei, mas recorrente nas escolas.

Independente dessa possível má interpretação, o que se configura como vantajoso é a existência desse dispositivo legal com esse direito a estudo bem explicitado, ficando o modo e o uso a ser negociado com os professores, gestores e de mais envolvidos.

O Sindicato dos Servidores Públicos Municipais de Icapuí (SINDSERPUMI), também protagonista na implementação e atualização do Plano de Carreira e Salário do Magistério, em favor de melhores condições de valorização dos profissionais desse grupo ocupacional, acredita ser essa conquista uma condição singular dos professores do município que deve ser preservada, mas que deve também ser bem administrada, pelos professores e pelos gestores escolares.

www.sindicapui.org.br

[/sindicapui](https://www.facebook.com/sindicapui) [/sindicapui](https://www.instagram.com/sindicapui)

sindicapui@yahoo.com.br

(88) 3432-1037

Siga-nos



EDITORIAL

FRANCISCO CELESTINO CAVALCANTE
PRESIDENTE DO SINDSERPUMI

Sindicato dos Servidores Públicos Municipais de Icapuí (SINDSERPUMI), inicia essa gestão que vai de 2017 a 2020 sob o mote de NEGOCIAR, CONQUISTAR, AVANÇAR, ampliando seus instrumentos de formação e informação dos servidores públicos. Além do nosso boletim geral, já conhecido de todos e que está em nosso meio, lançamos a partir de agora alguns novos instrumentos (in)formativos que comporão o projeto de formação da Secretaria de Formação e Política Sindical, entre as novas ferramentas. É o JORNAL MURAL NOSSA VOZ.

É um novo material que traz formato maior e com possibilidade de entrar em maior contato literário e visual com os leitores que acompanham as ações e lutas do SINDSERPUMI. Aliado aos demais instrumento elaborados e em elaboração, comporão o arsenal informativo para os integrantes do sindicato e da sociedade, já que esse veículo, bem como a internet, o rádio e outros, são as principais formas de levar o conhecimento e a articulação para todos.

Em consonância com nosso contexto, em nível nacional os artigos desse novo instrumento de divulgação se referem à atuação do Sindicato em muitas frentes. Trata do desafio de estar no combate contra as reformas que vem sendo feitas na direção da destruição de todas as conquistas dos trabalhadores durante muitas décadas, como a CLT (Consolidação das Leis do Trabalho) e os direitos nela firmados, a seguridade social e a previdência social.

Junto a isso, no âmbito local, enfatizamos as conquistas dos servidores da atividade meio e saúde, após a implementação do Plano de Carreiras, bem como as vantagens dos professores municipais efetivos e contratados em seu plano de carreira específico.

O jornal traz também informações sobre os esforços de negociação com o governo municipal para garantir as demandas e reivindicações dos servidores, em especial os que integram a categoria das atividades meio e saúde, que encampam a luta pelo reajuste salarial de 6,47% ainda não efetivado pela equipe da administração atual. O governo tem o prazo até o final de Abril/2016 para apresentar proposta, mediante estudo dos impactos na folha de pagamento e viabilidade legal alegada. Juntamente a isso, descreve traços da trajetória de solicitações de agilização da questão da avaliação dos estágios probatórios de servidores admitidos no último concurso, os descontos inadequados do ICAPREV, entre outros assuntos, pautas que estão na linha de discussão com os gestores do município.

Também se apresenta neste informativo a ação da diretoria do sindicato nos últimos anos para a firmação de um patrimônio físico da entidade, os benefícios disso para todos os sindicalizados e para a as gerações futuras, bem como dados sobre os custos dessa empreitada. A aquisição desse patrimônio, para o SINDSERPUMI, é razão de alegria, considerados os tantos anos de desejo de se ter uma sede própria e, melhor, uma sede social.

Para se somar com esse conjunto de atividades em encaminhamento no SINDSERPUMI a partir deste ano de 2017, a instalação da secretaria de formação e política sindical vem sendo uma das importantes empreitadas, aumentando a capacidade do sindicato de oferecer aos seus integrantes maior volume de informação e formação sistemática e organizada, abrindo uma nova frente de ação sindical em nível municipal, com o intuito de solidificar mais o compromisso e a atuação dos sindicalizados.

Num todo, reafirmamos nosso principal desejo para este período: NEGOCIAR, AVANÇAR, CONQUISTAR.

CONTRA A REFORMA DA PREVIDÊNCIA

SINDSERPUMI REALIZA PARADA MUNICIPAL E ASSEMBLEIA ORDINÁRIA



Foto: arquivos SINDSERPUMI

SINDSERPUMI realizou no dia 30 de março de 2017 sua segunda assembleia ordinária integrada a uma parada local em contraposição às reformas realizadas recentemente pelo governo Temer e seus aliados sobretudo contra a REFORMA DA PREVIDÊNCIA.

O evento contou com significativa presença dos servidores municipais sindicalizados e demais interessados, discutindo uma pauta

que contemplou assuntos como: a negociação do reajuste dos servidores das atividades meio e saúde e os encontros de negociação junto ao governo municipal; o problema do desconto do ICAPREV em folha e o parecer jurídico protocolado pelo sindicato; o encaminhamento da Lei referente ao reajuste dos professores; a lentidão na produção e entrega dos documentos demonstrativos do IRRF para profissionais contemplados pelos precatórios (professores); a cobrança permanente em relação ao processo de efetivação e avaliação do estágio probatório; a instalação da comissão de carreira, entre outros assuntos.

O presidente do SINDSERPUMI, Celestino Cavalcante, prefaciou a assembleia e o movimento, contextualizando o tema das reformas e reforma da previdência, a necessidade dos trabalhadores se organizarem para fazer frente ao programa de destruição dos direitos sociais duramente conquistados, acentuando que a luta ultrapassa a dimensão dos serviços públicos municipais e deve envolver toda a sociedade para dar sustentação aos demais movimentos.

No âmbito das negociações para o reajuste foi citada a participação do sindicato através de sua diretoria junto ao governo municipal questionando e apresentando contraproposta de reforma administrativa (Lei complementar nº 64/2017), a avaliação por meio do DIEESE das LOA's de 2015, 2016, 2017 e do resumo da folha de pagamento de março, para analisar os impactos financeiros da reforma e das condições atuais de funcionamento da Prefeitura. Nesse sentido, foi questionado o excessivo número de prestadores de serviços nas secretarias municipais, que aponta para a necessidade de realocamento de pessoal, sobretudo, com base no recadastramento realizado. Também foi questionada a definição de padrão mínimo de funcionários para que cada secretaria funcione, a revisão das 8 horas diárias de serviço, os acúmulos de cargos, para somente depois disso se ter um panorama que permitam discutir os percentuais de aumento salarial e também em nova chamada de concurso. De modo geral, o sindicato atestou morosidade no encaminhamento das questões, acentuando que o governo tem até o final de abril, para fechar a proposta.

A parada, a que muitos dos representantes presentes aderiram, foi explicada como um "esquenta" em nível municipal para a greve geral programada para o dia 28 de Abril em todo o país. Em Icapuí o SINDSERPUMI se organiza para realizar um evento, em parceria com demais entidades, sindicatos, igrejas, organizações não governamentais, federações locais, grêmios estudantis, etc., por meio de um cronograma de articulação para garantir um grande movimento. Seguindo o assunto da parada, foi proferida conferência sobre a reforma da previdência por representante da Secretaria de Relações de Trabalho da FETAMCE, Antônio Marcos Pinheiro Santos, como parte da atividade do dia no sentido de dar maior significado à parada e sua intenção principal que é a mobilização.

O contraponto do SINDSERPUMI em defesa do reajuste dos servidores

Ainda na primeira quinzena do mês de fevereiro do corrente ano, em resposta a ofício Nº 002/17 apresentado pelo Sindicato dos Servidores Públicos Municipais de Icapuí – SINDSERPUMI em 09/01/2017, o governo municipal apresentou ofício Nº 078/17 onde o mesmo alega encontrar-se impossibilitado de conceder reajuste aos servidores da categoria Atividade Meio e Saúde em função do que pesa os artigos 22 e 23 da Lei de responsabilidade Fiscal – LRF, visto que o gasto com pessoal estaria em 54,84% da receita corrente líquida.

No início do mês seguinte, de posse das LOAS de 2015, 2016, e 2017 e, posteriormente, do resumo de folha de pagamento de março do ano em curso, encaminhamos ao setor do DIEESE da FETAMCE para que o mesmo pudesse nos apresentar dados mais contundentes a partir dessas informações.

VEJAMOS, ENTÃO, ESSES DADOS.

Segundo o DIEESE a RCL (Receita Corrente Líquida) do Município de Icapuí teve crescimentos significativos nos últimos 2 anos: 37,94% de 2014 para 2015 e 6,08% de 2015 para 2016 (Como mostra a TABELA 01). Não obstante, os valores previstos e os valores arrecadados ficaram entre 91,82% e 97,72%, ou seja, o governo conseguiu arrecadar quase que a totalidade dos valores de previsão nos anos citados.

TABELA 01

ANO	PREVISTO	CRESC.	QUANT. CUMPRIDO	ARRECADADO	CRESC.
2014	R\$ 54.319.658,18		91,82%	R\$ 49.875.069,82	
2015	R\$ 70.403.071,00	29,61%	97,72%	R\$ 68.796.187,62	37,94%
2016	R\$ 74.804.857,63	6,25%	97,56%	R\$ 72.977.953,97	6,08%

Na avaliação do DIEESE com o FUNDEB, os repasses também tiveram acréscimos percentuais, que vão de 11,56% a 8,66% (como mostra a TABELA 02), sendo que os valores realizados ficaram sempre acima dos valores estimados, perfazendo um conjunto de fatores extremamente positivos para a concessão da pauta reivindicatória da entidade.

TABELA 02

ANO	ESTIMATIVA DO FUNDEB	VAR.	REALIZADO ANO	VAR
2013	R\$ 9.160.157,47		R\$ 9.963.904,57	
2014	R\$ 10.452.148,44	14,10%	R\$ 11.107.445,29	11,48%
2015	R\$ 11.709.964,11	12,03%	R\$ 12.391.055,43	11,56%
2016	R\$ 11.929.506,16	1,87%	R\$ 13.463.733,19	8,66%
2017	R\$ 12.445.576,91	4,33%		

Por último, foi feito também uma pequena avaliação a partir do resumo da folha do mês de março de 2017 (Ver TABELA 03).

Dessas informações, aparece a seguinte conclusão:

- 1) O gastos com a prestação de serviço representam em valores reais/mês R\$ 793,047,59 perfazendo um gasto anual de R\$ 10.571.324,37.
- 2) O reajuste de todos os servidores efetivos num patamar de 7,64% representa em valores reais R\$ 140.630,05, perfazendo um gasto anual R\$ 1.981.337,47.
- 3) De todos os valores gastos com folha no mês de março de 2017, 24,44%, ou seja, basicamente ¼ dos gastos com pessoal é com prestadores de serviços.

TABELA 03

RESUMO DA FOLHA DE PAGAMENTO MARÇO 2017 (SIMULAÇÃO)

SETOR	Valor da folha	PERC.	IMPACTO FOLHA EFETIVO EM 7,64%	VALOR FOLHA EFETIVO + 7,64%
Agentes políticos	R\$ 32.275,00	1,2%		
Temporários	R\$ 658.528,86	24,44%		
Efetivos	R\$ 1.840.707,42	68,31%	R\$ 140.630,05	R\$ 1.981.337,47
Comissionados	R\$ 134.518,73	4,99%		
Eletivo	R\$ 28.754,13	1,07%		
Totais	R\$ 2.694.784,14	100,0%		

O mais importante após todo levantamento, cálculos e números obtidos a partir das LOAS, é que este acena numa perspectiva muito forte para que o governo não só possa conceder o reajuste, como também, as vantagens contidas nos PCCR's das categorias que garantem a valorização dos servidores.

O PATRIMÔNIO MATERIAL DO SINDSERPUMI É CONQUISTA DE TODOS

Os recursos levantados pelo Sindicato dos Servidores públicos Municipais de Icapuí dão conta de um valor médio anual de R\$ 200.357,21 (média 2015/2016). São aplicados em diferentes atividades de suporte ao sindicalizado, na administração e nos movimentos e publicações da entidade, etc.

Nos projetos que vinham sendo desenhados pela diretoria do sindicato nos últimos anos estavam presentes, em primeiro momento, a necessidade de se adquirir e instalar sede própria para a instituição, reconhecidos os 19 anos de existência e nunca ter esse benefício. Em segundo, buscar as possibilidades de se iniciar a instalação de uma sede social para os sindicalizados e seu lazer. Parte da primeira tarefa foi cumprida a partir de Janeiro de 2015, com a aquisição de imóvel situado na Rua Engenheiro Francisco de Assis, pelo valor de R\$ 90.000,00, com recursos próprios, instalando de forma mais efetiva a sede do sindicato naquele local.

A sede está projetada para dispor de campo socyte, piscina, espaço pra reunião, restaurante, estacionamento, e se constituirá de com espaço de festividades, lazer, entretenimento, confraternizações dos sindicalizados.

Está ainda projetado e a ser construído um auditório para 80 pessoas, dando maior efetividade à meta do sindicato na formação política e sindical de seus agregados. Esta última citada deverá ser melhor desenhada com a ampliação das receitas no sindicato para se dar início à essa aguardado espaço.

A tesouraria do sindicato apresentou na primeira assembleia de 2017 os valores aplicados nessa reforma e adequação da sede do sindicato, que alcançam as cifras como demonstrado na terceira coluna dessa matéria.

A Segunda tarefa, projetada e já iniciada desde meados de 2016, é a construção da sede social do sindicato, desde a aquisição do terreno, situado à Vila Paraíso, na sede de Icapuí, com a dimensão de 70 m X 40m, no valor de R\$ 40.000,00, cujas obras de construção do muro de cercamento já foi realizada. Nesta ação foi aplicado R\$ 22.887,81 em 2016 e até Fevereiro de 2017 chega a R\$ 29.365,81.

tanto no âmbito da defesa de seus direitos quanto na oferta de condições de integração e identidade sindical. Neste perspectiva, é uma conquista conjunta, de todos, que traz benefício a cada um e também à coletividade.

É, então, um patrimônio das diversas categorias que compõem esta entidade.

Esse patrimônio atual constitui peça importante na garantia de ferramentas para desenvolver as ações internas e externas da entidade e como base de trabalho para os diretores e acolhida das demandas dos sindicalizados. É propriedade material e simbólica de todos.

No limite dos recursos disponíveis, alguns acabamentos ainda serão efetivados na sede própria, bem como reparos em alguns espaços, dando continuidade às melhorias no prédio. Também serão afixados mais equipamentos e disponibilizados mais itens de conforto e suporte específico. Além disso, existem ainda outras metas de ampliação do patrimônio material do SINDSERPUMI que serão perseguidos mais na frente durante essa nova gestão que vai de 2017 a 2020.



Foto: arquivos SINDSERPUMI

A segunda parte foi a adequação do imóvel aos projetos de uma sede sindical desenhada para esse fim. Neste sentido, a direção do sindicato deu início em Maio de 2016 à reforma do prédio com uma aplicação de R\$ 84.711,75 durante o ano de 2016. O novo espaço foi inaugurado em 23 de dezembro de 2016, com a participação dos sindicalizados e convidados. A sede conta com salas de presidência, secretaria, tesouraria, salão de recepção e reuniões, com equipamentos e materiais adequados.



Para a direção do sindicato, a realização dessas duas ações é oportuna e vem ao encontro da necessidade de dar maior qualidade aos serviços prestados pelo SINDSERPUMI a seus integrantes,



Foto: Arquivos SINDSERPUMI



Foto: arquivos SINDSERPUMI

CAMPANHA SALARIAL 2017

INTENSIFICAÇÃO DA NEGOCIAÇÃO E POSIÇÃO DO SINDICATO JUNTO AO GOVERNO

Desde Janeiro de 2017, o Sindicato dos Servidores Públicos Municipais de Icapuí iniciou as atividades de articulação e negociação com o atual governo municipal para a campanha salarial deste ano. Os pontos que vem marcando a pauta de negociação incluiu os seguintes temas: 1) manutenção do Piso Nacional do Magistério, estabelecido com reajuste de 7,64%, 2) reajuste para as atividades meio e saúde, que é requerida pela categoria em 6,47% (referente apenas a reposições), 3) Processos de efetivação e de chamada de concurso, 4) efetivação do concurso.

Na trajetória das negociações até agora, também foram discutidas as condições fundamentais para dar cabo ao esforço de garantir os reajustes requeridos, como tarefa do governo municipal, que é: 1) realizar o redimensionamento do quadro de pessoal com melhor aproveitamento de servidores ociosos; 2) fazer a correção dos acúmulos de cargos; 3) garantir maior austeridade na reforma administrativa com definição de quantidade mínima de servidores para funcionamento das secretarias; 4) discutir o redesenho na natureza e no propósito da licença prêmio, entre outros, que se impõem como necessidades no quadro de algumas estratégias fundamentais para a sinalização inicial de possibilidades de reajuste.

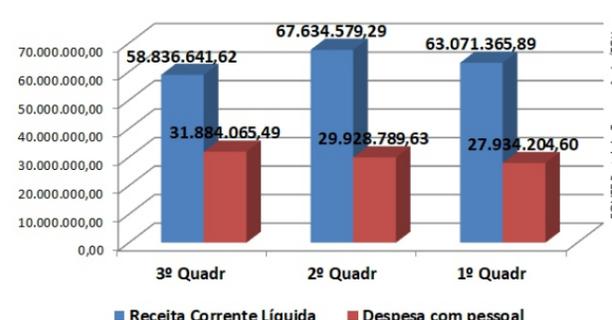
Nas três reuniões até o momento ocorridas (17/02; 28/03; 07/04), estes assuntos foram recorrentes, numa posição do SINDSERPUMI que, sem a tomada de decisão do governo em encaminhar tais alterações, o avanço das negociações e a conquista de um patamar aceitável de reajuste para as atividades meio e saúde fica impraticável. Fala-se assim porque, como indicado na assembleia do dia 17 de Fevereiro, o percentual para o magistério foi garantido pelo governo como solicitado, restando ser concretizado em Projeto de Lei. Este último, no entanto, somente foi encaminhado à Câmara Municipal no final de Março.

Na última reunião, após indicação da assessoria contábil da Prefeitura Municipal, ficou explicitado que somente com as correções a serem realizadas a partir do resultado do recadastramento, agora previsto para final de abril, juntamente com o realocamento dos servidores ociosos/em desvio de função/acúmulo de cargos e a questão das 8h de trabalho, entre outras estratégias, torna-se mais viável o desenho do percentual de reajuste que os servidores exigem. Desse modo, o governo precisa dirimir vícios recorrentes de décadas e enfrentar “culturas instaladas” para organizar o serviço público, melhorar os serviços à população e garantir salários adequados aos servidores municipais.

No âmbito dos prazos dessa negociação, e seguindo a publicação do relatório gerencial do primeiro quadrimestre, segundo a assessoria contábil, entre final de março e primeira semana de maio, o governo poderá ter um panorama mais real do que foi o impacto das folhas de pagamento nas Receitas Correntes Líquidas da prefeitura, em decorrência da Lei de Responsabilidade Fiscal e seus limites legais. Abaixo exemplifica-se a situação do ano de 2016, segundo relatório gerencial do 3º quadrimestre do TCM.

DADOS DA FOLHA DE PAGAMENTO ATÉ 3º QUADRIMESTRE DE 2016.

ICAPUÍ - DESPESAS COM PESSOAL 2016



VALORIZAÇÃO E PCR'S DO MAGISTÉRIO E DA ATIVIDADES MEIO E SAÚDE

REAJUSTE **6,47%**

JÁ!

Atividade Meio e Saúde Não abre mão da sua Recomposição Salarial



Esse exemplo serve para demonstrar a validade efetiva da carreira para os servidores do grupo de atividade meio e saúde e os impactos positivos do Plano de Cargos, Carreira e Remuneração dos Servidores Técnicos Administrativos, que agrega, no tempo, desenvolvimento profissional para os servidores, pela permanente motivação de se buscar formação continuada e qualificação específica e pela elevação progressiva e planejada do vencimento base que lhe proporciona ganho real. Os dados abaixo demonstram sinais dessa melhoria significativa desses servidores:

COMPARAÇÃO CRESCIMENTO DO SALÁRIO REAL COM PCR 2013 – 2016				
FUNÇÃO	REF DE VALOR	2013(2012) EM R\$	2015 EM R\$	2017 EM R\$
AUX GESTAO	V. Base	622,00 (2012)	866,26	1.070,84
PUB I - CLASSE A REF 6	V. Bruto	870,80 (+quinq., insal)	1.256,08 (+quinq., insal.)	1338,55
ASSIST EM SAÚDE III CLASSE E REF 5	V. Base	659,98 (2012)	899,57	1.252,73
	V. Bruto	992,50 (+quinq., insal, GAP, Grat.)	1.281,95 (+quinq., GAP, Insal, G. campo)	2.593,71
ASSIST EM SAÚDE III CLASSE E REF 5	V. Base	622,00 (2012)	899,57	1.113,67
	V. Bruto	973,23 (+quinq., SF, GAP, Insal.)	1.326,93 (quinq., GAP, Insal.)	1.715,76
TEC GESTAO PUB I - CLASSE E REF 5	V. Base	646,00 (2012)	899,57	1.113,67
	V. Bruto	1.252,65 (+quinq., peric., h/e, GAP)	1.326,93 (+quinq., GAP, Peric.)	1.626,67
TEC GESTAO PUB I - CLASSE E REF 5	V. Base	678,00	899,57	1.113,67
	V. Bruto	792,52 (+ quinq. e SF)	1.113,90 (+quinq., grat. Tit. e SF)	1.314,13

OBS: Os dados sem informação ou que variam de 2012 e 2013, assim se apresentam em função da ausência de cópia das folhas.

Por meio da aprovação da Lei Municipal nº 623/2013, Plano de Cargos, Carreira e Remuneração dos Servidores Técnicos Administrativos, dispositivo legal instituído finalmente após reiteradas lutas e campanhas realizadas pelo Sindicato dos Servidores Públicos Municipais de Icapuí (SINDSERPUMI), muitas melhorias já podem ser vistas no desenvolvimento profissional e na valorização dos servidores, bem como na melhoria de seus salários. São conquistas sólidas, sob aparatos legais, que se expressam em muito na elevação da qualidade do trabalho sob a força da motivação dos servidores.

Sem muitas dificuldades, a perspectiva da carreira implantada com a Lei em questão nestes mais de 3 anos em vigor, demonstra esse avanços em números animadores. Dados de 2013, dão conta de que um auxiliar administrativo, hoje do grupo ocupacional de gestão administrativa e operacional, técnico em gestão I ou II (nível técnico e médio), percebia em seu salário base antes da reforma (2013) um valor (R\$ 678,00) que margeava sempre o salário mínimo, com muitas defasagens, para 40h semanais, hoje recebe inicialmente o valor de R\$ 954,97 na referência 01, podendo galgar a carreira até a referência 20 com R\$ 2.256,09, considerando a tabela referência de 2016 quando da aprovação da Lei complementar nº 59/2016, que corrigiu o reajuste dos servidores em 15,80%.

Com essa trajetória, vão se fixando valores remuneratórios melhores, permanentes e passíveis de incorporação nos processos de aposentadoria, na medida em que se vão fixando igualmente as contribuições reais ao sistema próprio de previdência, sem falar do aumento prático e imediato do poder aquisitivo das pessoas. Vendo dessa forma, reafirma-se a concepção de que Plano de Carreiras não é apenas um dispositivo de aumento salarial, mas um instrumento poderoso de valorização e desenvolvimento profissional, de segurança pessoal e de sustentabilidade.

RECORTE DA SECRETARIA DE FORMAÇÃO

Tema dessa edição: A terceirização do trabalho escolar

Entre os vários estímulos conferidos pela atual legislação para privatizar as escolas públicas e terceirizar seus trabalhadores, podemos destacar a Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF), que considera a contratação de empresas e de pessoal terceirizados fora de seus limites prudenciais com folha de pessoal. Ora, podendo retirar da LRF uma das maiores despesas com pessoal da administração pública – a educação, além da saúde – ficará ainda mais fácil aumentar os salários das carreiras típicas de Estado, instituídas pela Emenda Constitucional nº 19 (Reforma Administrativa). E isso ratifica a ideia original do projeto neoliberal em nosso país, que prega o enxugamento dos serviços públicos – priorizando carreiras típicas com altos salários para determinadas funções, que beneficiam uma casta da população – relegando a planos inferiores os serviços e os agentes públicos que atendem à massa da população.

Essa modalidade de contratação de pessoal é gravíssima por inúmeros motivos. Ela desqualifica e precariza o trabalho pedagógico, desvaloriza e até mesmo aniquila a carreira profissional, afasta ainda mais o profissional da escola e da comunidade (a tendência será ter professores e funcionários horistas atuando simultaneamente em

diferentes escolas) e compromete amplamente a qualidade da educação.

Na verdade, com a terceirização, a escola tende a regredir sua função social, deixando de cuidar da formação humanística e cidadã dos estudantes, para voltar-se à simples transmissão de determinados saberes para a qualificação mínima do trabalho – um retrocesso abissal!

Querem transformar a escola numa máquina de formar mão de obra farta e barata, desprezando o caráter emancipador da educação. E isso explica a insistência do governo golpista em tentar retirar a sociologia e a filosofia do currículo do ensino médio.

(Texto extraído do documento de trabalho da 18ª Semana Nacional em Defesa e Promoção da Educação Pública, p. 12-13, CNTE.)



CONTRATO TEMPORÁRIO

OS DIREITOS A MAIS DOS PROFESSORES DE ICAPUÍ

Diferente de situações de contratações temporárias em municípios da nossa região, como é o caso de Aracati, no município de Icapuí os professores contratados gozam de uma condição que, em que pese os maus tratos em diferentes gestões, é vantajosa, a saber, a equiparação salarial aos efetivos, de acordo com seu nível de formação.

Em alguns municípios, por exemplo, Morada Nova, os docentes foram integrados a um programa de bolsas que paga a cada professor temporário o valor de R\$ 800,00 para assumir sala de aula com 100h/a. Em Aracati, esse mesmo grupo é contemplado com uma remuneração correspondente ao nível médio, mesmo que tenha graduação e especialização. Icapuí, por sua vez, garante uma remuneração aos temporários graduados que acompanham sua formação e atinge, conforme quadro de remuneração de 2016, o valor inicial de R\$ 2.798,29 de vencimento base, respeitando seus esforços de qualificação e as exigências da Lei Federal nº 9.394/1996, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação.

Nessa perspectiva, esse é um instrumento local de valorização destes profissionais que, mesmo não sendo do quadro permanente dos docentes, exercem atividades e enfrentam desafios no mesmo padrão que os efetivos e, às vezes, muito mais.

O reconhecimento desse valor, no entanto, não nos desabona a permanência na luta por outros direitos que essa categoria desprestigiada vem perdendo na sua atuação.

